

CPIPREV
000108

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

PRESIDÊNCIA
OFÍCIO N° 715/2017

Recife, 21 de junho de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador PAULO PAIM
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência - CPIPREV
Brasília-DF

Senhor Senador,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 143/2017, que encaminhou convite a representante desta Corte Federal para participar de reunião dessa Comissão no dia 22 de junho de 2017, com fundamento no Requerimento 182/2017 - CPIPREV, aprovado na 12ª Reunião da CPI da Previdência, ocorrida no dia 8.6.2017, venho, através do presente, apresentar *respostas aos questionamentos* destacados no aludido requerimento.

Registre-se que estão sendo oferecidas as informações que puderam ser colhidas no curto espaço de tempo disponibilizado para tal apuração, bem como que tais informações, voltadas à investigação dos custos efetivos para a União em decorrência da judicialização de demandas previdenciárias e assistenciais, estão sendo apresentadas neste ofício de forma sintetizada, seguindo anexos os arquivos com os respectivos detalhamentos.

Eis os questionamentos e respectivas respostas:

1) Qual o custo total da tramitação de um processo de matéria previdenciária ou assistencial na Justiça Federal e na Justiça Estadual e qual o prazo médio de duração do processo?

Resposta:

O Tribunal, dada a exiguidade do tempo disponível entre o recebimento do ofício e a reunião, não conseguiu apurar a informação solicitada no que concerne ao *primeiro aspecto* da questão (custo total da tramitação do processo), sendo certo que, por tramitarem os processos em formato digital, os custos seriam decorrentes, não de despesas com material, mas da remuneração dos servidores (incluindo diárias pagas a oficiais de justiça, quando a diligência o requer), bem como dos honorários dos profissionais contratados para a realização de perícias.

No que concerne ao segundo aspecto da questão (prazo médio de duração do processo), reportamo-nos aos anexos "Informações item 1, 2, 3, e 7" e "Informações PJE 2". A

recebido por email em:
21/06/2017, às 19:25

Marcelo Assaife Lopes
Técnico Legislativo
Mat. 207895



21/06/2017 19:20

partir dos dados ali constantes, pode-se afirmar que o tempo médio entre distribuição e sentença, nos últimos dez anos, foi de 647 (seiscentos e quarenta e sete) dias para os processos físicos e 196 (cento e noventa e seis) dias para os processos eletrônicos da Justiça Federal Comum.

Conforme anexo "Informações CREA", pode-se afirmar, a partir dos dados ali constantes, que o tempo médio entre distribuição e arquivamento, nos últimos dez anos, foi de 234 (duzentos e trinta e cinco) dias para os processos que tramitaram nos Juizados Especiais Federais.

Em resumo, o tempo médio dos processos previdenciários que tramitaram na Justiça Federal - 5ª Região, foi de 359 (trezentos e cinquenta e nove) dias.

2) Quantas ações foram ajuizadas nos últimos 10 (dez) anos de matéria previdenciária ou assistencial na Justiça Federal e na Justiça Estadual? Destas ações, quantas ações tratavam de:

- a) Concessão de benefícios previdenciários por incapacidade;**

Resposta:

Conforme anexos "Informações itens 1, 2, 3 e 7", "Informações PJE" e "Informações Crea", foram ajuizados 71 (setenta e um) processos físicos e 101 (cento e um) processos eletrônicos nas varas comuns. Nos Juizados, foram ajuizados 73.793 (setenta e três mil, setecentos e noventa e três) processos. Total: 73.965 (setenta e três mil, novecentos e sessenta e cinco) processos.

- b) Concessão de Aposentadorias especiais;**

Resposta:

Conforme anexos "Informações itens 1, 2, 3 e 7", "Informações PJE" e "Informações Crea", foram ajuizados 2.584 (dois mil quinhentos e oitenta e quatro) processos físicos e 3.077 (três mil e setenta e sete) processos eletrônicos nas varas comuns. Nos Juizados, foram ajuizados 3.653 (três mil, seiscentos e cinquenta e três) processos. Total: 9.314 (nove mil, trezentos e catorze) processos.

- c) Concessão das demais espécies de benefício;**

Resposta:

Conforme anexos "Informações itens 1, 2, 3 e 7", "Informações PJE" e "Informações Crea", foram ajuizados 41.294 (quarenta e um mil duzentos e noventa e quatro)



processos físicos e 10.319 (dez mil trezentos e dezenove) processos eletrônicos nas varas comuns. Nos Juizados, foram ajuizados 59.979 (cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e nove) processos. Total: 111.592 (cento e onze mil, quinhentos e noventa e dois) processos.

d) Ações revisionais;

Resposta:

Conforme anexos "Informações itens 1, 2, 3 e 7", "Informações PJE" e "Informações Creta", foram ajuizados 6.435 (seis mil quatrocentos e trinta e cinco) processos físicos e 6.142 (seis mil cento e quarenta e dois) processos eletrônicos nas varas comuns. Nos Juizados, foram ajuizados 1.495 (mil, quatrocentos e noventa e cinco) processos. Total: 14.072 (catorze mil e setenta e dois) processos.

3) Das ações ajuizadas nos últimos 10 (dez) anos, quantas foram julgadas procedentes, improcedentes e parcialmente procedentes?

Resposta:

Conforme anexo "Informações itens 1, 2, 3 e 7", nossos sistemas de acompanhamento dos processos físicos não disponibilizam a informação relacionada ao resultado da sentença, informando apenas se as sentenças foram proferidas com julgamento do mérito ou sem julgamento do mérito (extinção do processo decorrente de questões processuais). De acordo com tais parâmetros, na 5a. Região foram proferidas: 19.748 (dezenove mil, setecentos e quarenta e oito) sentenças com julgamento de mérito e 8.207 (oito mil, duzentos e sete) sentenças sem julgamento de mérito relativas aos processos físicos.

Em relação aos processos eletrônicos das varas comuns, conforme anexo "Informações PJE", foram julgados procedentes 4.153 (quatro mil cento e cinquenta e três), improcedentes 2.990 (dois mil novecentos e noventa) e parcialmente procedentes 1.597 (mil quinhentos e noventa e sete) processos.

Em relação aos processos dos Juizados, conforme anexo "Informações Creta", foram julgados procedentes 21.712 (vinte e um mil, setecentos e doze) processo, improcedentes 29.243 (vinte e nove mil, duzentos e quarenta e três) processos e parcialmente procedentes 3.934 (três mil, novecentos e trinta e quatro) processos.

Totais

Procedentes: 25.865 (vinte e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco) processos

Improcedentes: 32.233 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e três) processos

Parcialmente procedentes: 5.531 (cinco mil, quinhentos e trinta e um) processos.



4) Qual o custo com juros de mora, correção monetária e honorários de sucumbência do sistema de seguridade social com estas ações?

Resposta:

Os juros de mora e a correção monetária estão incluídos na resposta à questão 5, não sendo possível o detalhamento do valor de juros de mora/correção monetária destacado do principal. Os honorários de sucumbência decorrentes das ações previdenciárias, segundo a Subsecretaria de Precatórios, não são pagos pela Seguridade Social (Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS e Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS), e sim pela Autarquia Previdenciária (INSS).

5) Qual o valor total expedido entre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV nos últimos 10 (dez) anos?

Resposta:

Conforme anexo intitulado "Informações item 5", o valor total pago, entre 2008/2017, em precatórios e requisições de pequeno valor, foi de R\$ 8.019.779.991,07 (oito bilhões, dezenove milhões, setecentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e sete centavos).

6) Qual o valor total gasto com honorários médicos periciais nas ações que envolvam benefícios por incapacidade?

Resposta:

Conforme anexo intitulado "Informações item 6.1 e item 6.2", em 2016 foram gastos, no âmbito da Justiça Federal na 5ª Região, R\$ 21.722.022,81 (vinte e um milhões, setecentos e vinte e dois mil, vinte e dois reais, e oitenta e um centavos) em perícias. Em 2017, já foram gastos R\$ 15.969.489,60 (quinze milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) em perícias.

7) Das ações ajuizadas, quantas foram objeto de acordo nas centrais de conciliação e qual o valor economizado pela União com estes acordos?

Resposta:

Conforme anexo intitulado "Informações itens 1, 2, 3 e 7" e "Informações PJE", foram celebrados 51.761 (cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e um) processos físicos e 750 (setecentos e cinquenta) processos eletrônicos no âmbito da 5ª Região, relativamente às varas



comuns. Entretanto, não há informações disponíveis quanto a quais desses processos seriam relativos a ações previdenciárias.

Nos Juizados Especiais Federais, foram celebrados 3.673 (três mil, seiscentos e setenta e três) acordos. Não há informações quanto ao valor economizado pela União.

São estas, Excelentíssimo Senhor Presidente, as respostas produzidas até este momento, ficando esta Corte Federal à disposição de Vossa Excelência para prestar outras informações que venham a ser solicitadas.

Aproveito a oportunidade para enviar protestos da mais elevada estima e consideração.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT, PRESIDENTE**, em 21/06/2017, às 19:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0069975** e o código CRC **C43AE8B7**.

0006007-85.2017.4.05.7000

0069975v3

